

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO



**O Papel das Políticas Governamentais na Modernização  
da Agricultura Brasileira**

**WALDEZ BATISTA DOS SANTOS**

matrícula nº: 096224121

ORIENTADOR(A): Prof. René Louis de Carvalho

MAIO 2010

*As opiniões expressas neste trabalho de fim de curso são de responsabilidade de seu autor.*

*Dedico este trabalho aos meus pais, Clemilda e Batista,  
pelo amor e carinho incondicionais e empenho na minha  
formação.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador, Prof. René Louis de Carvalho, por toda sua dedicação a este trabalho e paciência com um jovem economista.

Agradeço a Anna Lúcia Braga Salles, a qual dispenso enormes palavras de agradecimento e gratidão ao longo desta caminhada.

Agradeço ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelos bons anos aqui vividos e pela formação me dada por esta Escola, e pela construção de um caráter de economista permeado pelos valores essenciais de ética e responsabilidade social aqui transmitidos.

Agradeço aos meus pais, Clemilda e Batista por toda a infra-estrutura familiar a mim concedida, pelo empenho na minha formação e por todas as vitórias até então alcançadas. Muito Obrigado, meus pais.

Por fim, agradeço a Deus, pela capacidade de amadurecer e compreender o mundo aos olhos das Ciências Econômicas e aprender cada vez mais.

## **RESUMO**

O trabalho descreve as políticas agrícolas que contribuíram para o desenvolvimento da agricultura, enfatizando a relação entre o crédito rural subsidiado pelo Governo e o crescimento da economia agrícola ocorrida na década de 90, não deixando de tratar de um dos tópicos mais importantes que são as novas fontes de financiamento voltadas para a atividade rural que surgiram no final da década de 80. A discussão privilegia os tipos de financiamento direcionados para tal setor, a partir da década de 90, no Brasil. Os objetivos pretendidos apontam para a especificação do papel do Estado brasileiro na oferta de crédito rural.

Além disso, procura-se descrever foi o panorama da economia agrícola no Brasil durante as décadas de 70 a 90, tendo em vista, que foi nesse período que ocorreram algumas mudanças na gestão governamental, as quais fizeram com que o Estado passasse a tomar medidas liberais para o ajustamento da demanda pelo crédito rural.

## ÍNDICE

<i>INTRODUÇÃO</i> .....	8
<b>CAPÍTULO I – CRÉDITO E POLITICA AGRÍCOLA</b> .....	9
1.1 - O Primeiro Governo Vargas.....	9
1.2 – Democracia Liberal – 1946 a 1964.....	12
<b>CAPÍTULO II – A ECONOMIA AGRÍCOLA NO BRASIL E O CRÉDITO RURAL</b> .....	15
2.1 — Os Antigos Mecanismos de Crédito Rural e a Produção Agrícola nos Anos 70.....	15
2.2 - A Questão do Crédito Agrário.....	22
2.3 - A agricultura brasileira nos anos 80 e 90.....	31
2.4 — Novas fontes de financiamento da agricultura.....	35
<b>CAPÍTULO III – IMPACTOS SOCIAIS DA MODERNIZACAO DA AGRICULTURA</b> .....	32

## CAPITULO IV – PRONAF

4.1 – Características gerais .....	49
4.2 – Diretrizes.....	51
4.2.1 – Pronaf – C .....	52
4.2.2 – Pronaf –M.....	54
<i>CONCLUSÃO</i> .....	58
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i> .....	60

## INTRODUÇÃO

O trabalho enfatiza o crescimento da economia agrícola ocorrida na década de 90, citando ainda as novas fontes de financiamento voltadas para a atividade rural que surgiram no final da década de 80. A discussão privilegia os tipos de financiamento voltados para este setor, no Brasil, durante a década de 90. Os objetivos aqui perseguidos consistem em especificar qual o papel do Estado brasileiro no processo de fornecimento de crédito rural.

O trabalho analisa três aspectos principais: primeiramente será analisado no capítulo 1, as políticas utilizadas na primeira Era Vargas e na fase conhecida como democracia liberal, de 1946 até 1964. Os capítulos 2 e 3 enfatizam o período de maior desenvolvimento agrícola nacional, a partir da implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural focando a análise do trabalho na agroindústria e nos grandes produtores rurais. Por fim, o capítulo 4 fala sobre o Pronaf, que foi o redirecionamento da política agrícola para o fortalecimento da agricultura familiar.



# CAPÍTULO I

## CRÉDITO E POLITICAS AGRICOLAS

### 1.1 — O Primeiro Governo Vargas

As mudanças registradas na economia brasileira entre 1930 e 1945 foram em boa parte induzidas pelas políticas governamentais, inicialmente voltadas para a sustentação das atividades agro-exportadoras e para a continuidade dos serviços da dívida externa, e num segundo momento, para o fomento da industrialização substitutiva de importações. Na formulação e execução dessas políticas merecem ser destacados, por exemplo, o crédito rural público ministrado pela CREA (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial), instituída em 1937 pelo Banco do Brasil, e em menor grau, da CFP (Comissão de Financiamento da Produção), oficialmente estabelecida em 1943, e que mais tarde encarregar-se-ia do controle e da execução da política de preços mínimos. Tais inovações se deram fora do âmbito do Ministério da Agricultura, que tinha participação limitada e até secundária, uma vez que produtos importantes como o café, o cacau e a cana de açúcar não tinham seu cultivo e comercialização controlados.

Na segunda metade da década de 30 surgiu uma estratégia agrícola não mais voltada para a defesa de um determinado produto ou região, mas tendo como objetivo a ampliação e a diversificação da produção agropecuária do

Pais como um todo, especialmente aquela destinada ao abastecimento de seu mercado interno. O principal instrumento utilizado foi o crédito rural público da CREA do Banco do Brasil, que foi considerada a primeira organização brasileira para o financiamento de longo prazo de atividades prioritárias. Esse fato marca o surgimento da consciência que cabe ao Governo intervir para diversificar a estrutura produtiva e para reduzir a dependência externa.

Essa medida, de fato, foi precedida, com a instituição, em 1934, do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), órgão consultivo e de coordenação de diversos segmentos do governo central, encarregado de estudar e propor medidas relacionadas a política comercial externa do país.

Na medida que a infra-estrutura física da economia começava a ser encarada em conjunto pelos nossos governantes, as políticas de câmbio e de crédito também passariam a ser integradas numa perspectiva mais ampla e de prazo mais longo, fazendo com que o crédito rural público então recém instituído propiciasse aos agricultores;

- A disponibilidade de recursos para o financiamento de suas atividades.
- O estabelecimento de prazos e de outras condições adequadas à natureza específica dessas atividades.
- A fixação de taxas de juros favorecidas, importante em uma economia como a brasileira, sujeita a recorrentes surtos inflacionários.

Essas vantagens tornaram possível, no período de 1938 a 1945, uma grande ampliação dos empréstimos bancários ao setor produtivo, assim como

um crescimento considerável da produção agropecuária (em termos físicos) durante o mesmo período. Esses resultados foram conseguidos basicamente devido aos seguintes fatores.

- A criação de um quadro de técnicos e de profissionais bancários capazes de fazerem com que os agricultores solicitassem os financiamentos na base de orçamentos de despesas corretamente calculados
- A fiscalização do dispêndio desses recursos por parte dos agentes da CREA
- A conseqüente redução do risco dos empréstimos para o Banco a níveis insignificantes.

Desta forma o crédito rural contribuiu ao mesmo tempo para reduzir os custos financeiros dos estabelecimentos agropecuários, ao promover uma progressiva substituição dos intermediários que tradicionalmente vinham atendendo as necessidades de crédito da produção, muitas vezes cobrando abusivos e impondo exigências e condições abusivas aos seus prestamistas.

Por sua vez, a política de garantia de preço mínimos, que começaria a funcionar efetivamente a partir dos anos cinquenta, teve seu início na época da Segunda Guerra, com a criação da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), encarregada de traçar os planos financeiros relativos à produção que interessassem à defesa econômica e militar do país.

## 1.2 — Democracia Liberal - 1946 a 1964

Durante a maior parte da fase liberal de nossa história republicana, as políticas agrícolas do governo federal estiveram voltadas para o estímulo a produção através de mecanismos de mercado. Essas políticas não eram prioritárias e os investimentos públicos mais significativos concentraram-se na infra-estrutura de transportes e armazenagem.

A política agrícola dessa fase tinha como principais vertentes a administração de preços de alguns produtos, os subsídios a aquisição de insumos importados e nos subsídios relacionados tanto a produção como a comercialização do setor. Ao contrário da assistência aos produtores e da pesquisa agrônômica, o que teve grande expansão foi a ampliação da fronteira agrícola, que continuou como o componente fundamental do crescimento setorial. Porém, ao mesmo tempo, houve crescimento em algumas formas de criação animal, com o crescimento dos rendimentos por hectare e por pessoa ocupada.

A ênfase na utilização de instrumentos de natureza conjuntural não poderia ser mantida de forma indefinida, tendo atingido a eficiência necessária em meados da década de 60. A partir dessa época houve uma redução da expansão da fronteira agrícola, o caráter estrutural de certos problemas foi aparecendo mais nitidamente, exigindo medidas do Governo, como por exemplo, a erradicação da cafeicultura e sua substituição por outras culturas, principalmente nos estados de São Paulo e Paraná. O

aprofundamento, e posteriormente a estagnação da industrialização também contribuíram para tal fato.

Isso não quer dizer que os problemas estruturais da agricultura brasileira tivessem sido resolvidos, uma vez que um dos pressupostos básicos das políticas agrícolas em vigor era de que a estrutura agrária concentrada não representava um empecilho ao aumento da produção e da produtividade setoriais. Houve continuidade das políticas vigentes e apenas mudanças significativas ocorreram com a expansão da infra-estrutura de transportes e de armazenagem, e de subsídios cambiais, fiscais e posteriormente, também creditícios para a aquisição de insumos produtivos, primeiro importados e posteriormente de produtos de fabricação nacional. Tais subsídios tiveram papel fundamental para o aumento no consumo de fertilizantes, uso de tratores e outros equipamentos mecânicos, que desencadeariam a industrialização da agricultura brasileira, ocorrida com maior intensidade na segunda metade da década de 50.

No início da década de 60, devido as crises de abastecimento interno do País e seu conseqüente recrudescimento do processo inflacionário, o desenvolvimento agrícola tornou-se prioritário, especialmente com o Plano Trienal de 1963, elaborado por Celso Furtado, que tinha a reforma agrária como solução para o impasse. No entanto, o plano foi rejeitado pelo governo João Goulart, que preferiu expandir o crédito rural e valorizar a política de preços mínimos.

O principal objetivo das políticas agrícolas governamentais, nessa fase, de 1946 a 1964 era o aumento da lucratividade da produção sem elevação

correspondente dos preços pagos pelos consumidores e, conseqüentemente dos índices de custo de vida publicas. Apesar do êxito, especialmente em relação à primeira parte, pode-se questionar a real contribuição de tais políticas ao desenvolvimento sócio-econômico do país. A partir dos anos 60, as taxas de juros do crédito rural tornam-se negativas em termos reais, estimulando de forma artificial sua demanda, cuja expansão desde aquela época tenha sido causada mais pela especulação do que por motivações essencialmente produtivas.

## **CAPÍTULO II**

### **A ECONOMIA AGRÍCOLA NO BRASIL**

#### **E O CRÉDITO RURAL**

#### **2.1 — Os Antigos Mecanismos de Crédito Rural e a Produção Agrícola nos Anos 70**

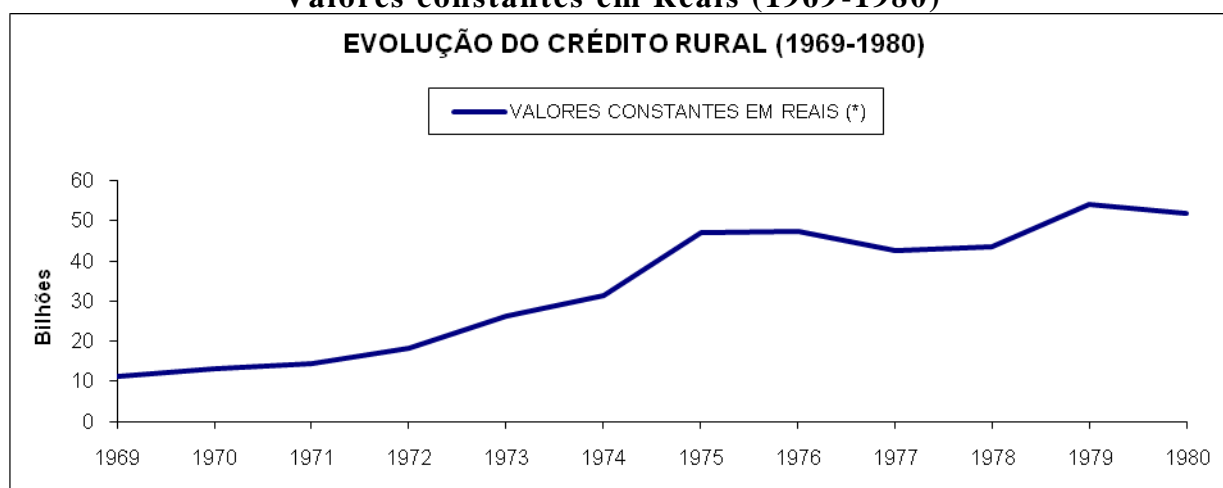
A partir da década de 50, a política agrícola do país já reconhecia a importância do crédito como instrumento de fomento e transformação da agricultura e do meio rural. Segundo Massuquetti (1998), em trabalhos como o Plano de Metas (1956 - 1960), o Plano Trienal (1963 -1965) e o Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG (1964-1966), o crédito rural já era visto como peça chave nas políticas de desenvolvimento do País. O PAEG, por exemplo, previa como necessária entre outras medidas, a criação de uma coordenação de crédito rural e de um fundo nacional de refinanciamento rural, com apoio externo e interno.

Apesar das constantes recomendações inseridas nos estudos e planos de desenvolvimento do país, é somente a partir de 1965 que a proposta de empregar o crédito na agricultura se institucionaliza e ganha forte impulso. Neste ano é constituído o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), tornando o crédito rural um instrumento permanente, com papel estratégico dentro das políticas de promoção da agricultura brasileira. Depois de criado o

SNCR em 1965, ocorreu nas décadas de 60 a 70, crescimento do volume total de crédito agrícola no Brasil destinado à modernização da agricultura brasileira e com base nas exigibilidades impostas pelos Bancos Comerciais. O crédito agrícola era complementado por recursos do Banco do Brasil e do Tesouro Nacional.

Viveu-se o período de crescimento constante dos valores aplicados no crédito rural, atingindo o auge no final dos anos 70, conforme podemos observar no gráfico 1. Neste período, considerado como a fase áurea do crédito rural, a política agrícola brasileira foi conduzida de forma bastante planejada pelo governo federal, apresentando metas e objetivos claramente definidos.

**GRÁFICO 1**  
**Evolução dos recursos destinados ao Crédito Rural**  
**Valores constantes em Reais (1969-1980)**



**Fonte:** elaborado com base nos dados da tabela do Banco Central do Brasil disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2000/evolucao.pdf> - acesso em 08/08/2007.

(\*) IGP-DI - Índice médio anual

Com relação à produção agrícola brasileira, no final dos anos 70 a maior parte dos estudiosos em economia agrícola antevia uma crise na



produção da agricultura brasileira para os anos seguintes. Até então, o setor tinha conseguido expandir a produção a taxas anuais que oscilaram entre 4 e 6% , tidas como suficientes para atender os principais papéis exigidos ao setor, quais seriam:

- Contribuir para o crescimento do produto
- Gerar divisas, aumentando o esforço exportador
- Abastecer o mercado interno sem gerar pressões sobre os índices de custo de vida.

Ainda na década de 70, passou-se a observar uma diminuição nas taxas de crescimento de parcela significativa da produção agrícola, gerando pressão inflacionária que se tomava especialmente relevante dada a alta concentração da renda no país.

Barros e Graham (1978) constataam uma crescente segmentação entre dois grupos de produtos agrícolas que passaram a ser classificados como domésticos e exportáveis<sup>1</sup>. O elemento que distinguia um grupo do outro era a formação de preços: no primeiro eram formados pela oferta e demanda interna, enquanto no segundo grupo eram dados pelo mercado internacional. O setor de exportáveis vinha mostrando uma dinâmica muito mais vigorosa, crescendo a taxas de 5% a.a. Os produtos domésticos, por seu turno, chegaram a apresentar decréscimo de 4% no produto total no período de 1970-1975, segundo os autores acima citados.

---

<sup>1</sup> Faziam parte dos produtos domésticos, segundo Barros e Graham (1978), trigo, arroz, feijão, mandioca, milho, cebola, tomate. Os exportáveis eram cacau, algodão, cana-de-açúcar, café, soja, fumo e laranja.

A tabela 1, sintetizada de Goldin e Rezende (1993), mostra quão assimétrico foi o padrão de crescimento da produção e da produtividade entre os dois grupos. Nota-se que entre 1971 e 1980 as quantidades produzidas de soja e de laranja chegaram a aumentar às taxas de 18,6% e 11,8% a.a., respectivamente. Vale observar que os ganhos de produtividade foram bem modestos e, em alguns casos, negativos. Nos produtos de consumo interno percebe-se que a elevação da quantidade produzida foi bem menor, com diminuição na quantidade ofertada de feijão e mandioca. Em diversos casos houve redução na produtividade.

**TABELA 1**  
**Taxa de Crescimento Médio Anual das Quantidades Produzidas e dos Rendimentos Físicos de Lavouras Seleccionadas, 1971-1980 (%)**

<b>Lavoura</b>	<b>Quantidade Produzida</b>	<b>Rendimento Físico</b>
<b>Exportáveis</b>		
Soja	18,6	1,1
Laranja	11,8	3,0
Cana-de-açúcar	7,0	2,4
Fumo	6,8	2,7
Cacau	5,6	-2,6
Café	-3,1	5,2
Algodão	-4,8	-3,0
<b>Domésticos</b>		
Trigo	6,9	1,1
Milho	2,6	-0,3
Arroz	2,7	-4,6
Mandioca	-2,2	1,3
Feijão	-2,7	-2,4

Fonte: Goldin e Rezende (1993, p. 48)

O baixo desempenho dos produtos domésticos comprometia o bem-estar da maior parte da população, uma vez que esses produtos eram muito relevantes na composição da cesta básica de consumo.

A perda de dinamismo da produção dos principais alimentos componentes da cesta básica acarretou uma elevação nos preços dos mesmos ao longo da maior parte dos anos 70. Barros (1979) indica que entre 1970 e

1977 houve um aumento real de 52% no preço dos alimentos. Como decorrência deste movimento o autor sinaliza que o papel principal da agricultura passa a ser o da estabilidade interna:

*Entretanto também faz parte da experiência brasileira a ocorrência de sérios problemas de equilíbrio interno (inflação) e equilíbrio externo (balanço de pagamentos), e é nesses pontos que vai se reposicionar a agricultura. Em outras palavras, a agricultura deixa de ser um problema de crescimento para ser de estabilidade. Dada a importância do setor primário na formação de um preço básico do sistema, o salário (via custo da alimentação e vestuário), e na geração de divisas, pode-se observar com muita nitidez que para aí se desloca o interesse da política agregada, definindo um padrão de desempenho (esperado) do setor primário. (BARROS, 1979, p. 9).*

Argumentava-se que o baixo desempenho do setor doméstico era decorrente, em alguma medida, da própria dinâmica do setor de exportáveis. A produção para exportação reduziria a produção doméstica de alimentos ao gerar um efeito de substituição na composição do produto, acirrando a disputa por fatores de produção, principalmente a terra. Além disso, o aumento na produção de exportáveis acabava por reduzir o emprego dos moradores residentes ao serem adotadas tecnologias que privilegiavam o uso intenso de terras e maquinaria. Como o excedente de produção dessa população representava parte considerável da oferta interna de alimentos, a diminuição da mesma acarretou um decréscimo na produção dos domésticos.

O setor exportador rapidamente passou a adotar em maior volume os insumos modernos, apropriando-se dos ganhos em escala que essa tecnologia proporcionava. A concentração da produção nos eixos de exportação favoreceria a pesquisa (principalmente adaptação de variedades), bem como a disseminação do conhecimento pelos agricultores que se encontravam nesses pólos de produção.

Observava-se que a agricultura brasileira vinha crescendo basicamente em decorrência da expansão da área produtiva. Apenas o Estado de São Paulo apresentava ganhos mais expressivos de produtividade da terra. A tabela 2, reproduzida de Dias e Barros (1983), decompõe a taxa anual de crescimento da produção agrícola no Brasil no período 1970-1980. Observa-se que a taxa de aumento na produção por área é bem inferior àquela da produção total, indicando que a maior parte da expansão do produto se deveu ao aumento da área colhida.

Dias (1989) calcula que 80% do crescimento da produção no período foi decorrente da elevação da área cultivada. Outro aspecto relevante que se depreende da referida tabela é o aumento na relação área-homem, associada à forte redução nas taxas de crescimento de absorção da mão-de-obra empregada na agricultura. Esse comportamento indicava que o processo de mecanização da agricultura brasileira passava a ser bastante significativo.

**TABELA 2**  
**Decomposição da Taxa Anual de Crescimento da produção Agrícola Brasileira, 1970-1980 (%).**

<b>Componentes</b>	<b>1970-1975</b>	<b>1975-1980</b>
$\Delta$ produção/área	1,53	1,78
$\Delta$ relação área/homem	0,27	3,5
$\Delta$ mão de obra ocupada	2,96	0,74
$\Delta$ produção	4,76	6,01

Fonte: Dias e Barros (1983, p. 43).

O problema da produção de alimentos ganhava especial destaque quando se considerava que os pequenos incrementos na produtividade acima apresentados encontravam-se associados a um período de forte dispêndio no setor agrícola por parte do governo central. A política de crédito rural ganhou

força ao longo dos anos 70, atingindo seu auge entre 1974 e 1976, quando os volumes emprestados equivaliam ao próprio produto agrícola. Além do valor total emprestado, chamavam atenção os subsídios implícitos nesses empréstimos. Goldin e Rezende (1993) calculam que entre 1970 e 1986 as taxas de juros nos empréstimos de crédito rural mantiveram-se sistematicamente negativas. Em 1976 o juro real foi de -21,9%, atingindo o pico de -37,7% em 1980.

Um dos objetivos da política de crédito rural no Brasil era o de fomentar a modernização da agricultura brasileira através da aquisição de insumos modernos. Em estudo realizado por Goldin e Rezende (1993), os volumes de insumos, de fato, apresentaram significativo aumento: enquanto em 1970 foram adquiridos 14.000 tratores de roda, esse número sobe para 63.000 unidades em 1976; entre 1975 e 1980 o consumo de fertilizante mais do que dobra (112%) e o de defensivos aumenta 43%.

A despeito desse forte crescimento nas vendas de insumos modernos não era possível perceber, até então, ganhos expressivos de eficiência na produção. Quando se considerava a forte dependência da venda de fertilizantes, máquinas e defensivos ao volume de crédito rural concedido e, além disso, percebia-se o caráter não sustentável dos subsídios associados a essa política dado seu custo fiscal, antevia-se, na entrada dos anos 80, que o problema da produção de alimentos iria aumentar expressivamente.

Ocorre, contudo, que o que se seguiu com a produção agrícola brasileira reverteria, em boa medida, a tendência apresentada ao longo dos anos 70. No

decorrer dos anos 80 e 90 as fontes de crescimento da agricultura seriam bastante distintas daquelas do passado.

## **2.2 — A Questão do Crédito Agrário**

O objetivo desta seção é discutir a importância do crédito rural para o desenvolvimento econômico do país, o papel do Estado como principal agente financiador e o papel desempenhado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

Pode-se dizer que a reforma do crédito rural, iniciada na década de 80, representou um dos principais instrumentos da história da política agrícola do governo brasileiro. Até o final dos anos 80, o setor agrícola experimentou taxas de juros reais negativas. Situação que só se reverteu nos anos 90, quando eclodiu o movimento de produtores rurais contestando o veto presidencial ao artigo 16º da Lei 8.880, que previa a indexação do empréstimo rural pelos mesmos parâmetros empregados na correção dos preços mínimos. Até então, a questão do crédito rural vinha sendo pouco discutida, representando um entrave para o desenvolvimento econômico do país.

As atividades agrícola e agropecuária demandam um tratamento específico da parte de seus agentes financiadores. A política de financiamento rural deve assumir um caráter prioritário em qualquer gestão governamental. Nesse sentido, como visto na seção anterior, a abundância de recursos não significa que a sua utilização seja feita da forma mais eficiente, quer em

termos da alocação dos recursos para as atividades propostas, quer ainda quanto às suas finalidades de distribuição. Cumpre, portanto, analisar aqui, quais foram os impactos da principal ação colocada em prática pelas políticas de financiamento para a produção rural da história do governo brasileiro, que foi o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

### **2.2.1 — O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)**

A política de crédito rural no Brasil pode ser caracterizada a partir dos objetivos perseguidos com a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), no ano de 1965. Segundo Sérgio Leite (2001), poderiam ser distinguidos dois momentos da política de crédito rural no Brasil depois do SNCR, que abrangem os períodos de 1965 a 1985, e de 1986 a 1997. Nas palavras do autor:

*Os vinte anos iniciais da política de crédito rural caracterizam-se pela relativa facilidade de expansão creditícia e condições de repasse aos beneficiários. (...) No segundo período, dada a unificação orçamentária e encerramento da conta movimento junto ao Bacen, estas facilidades se reduzem, como também é reduzida a participação do Tesouro no financiamento do programa (Leite, 2001, p. 55).*

Segundo Massuquetti (1998), de acordo com a Lei 4.829, as principais metas do SNCR foram de transformar a base técnica dos estabelecimentos agrícolas, aumentar a produtividade do setor, consolidar complexos agroindustriais e cadeias agro alimentares, e integrar os capitais agrários ao circuito de valorização do capital financeiro.

A administração da política de crédito sob vigência no SNCR teve como base o Orçamento Monetário, o Banco Central e o Banco do Brasil. A distribuição dos recursos dava-se através de dois mecanismos básicos:

- . expansão passiva do crédito, apoiada em exigências específicas para os beneficiários, que contava com fundos fiscais e outros recursos adicionais.

- . expansão ativa do crédito, cujo principal agente financiador foi o Banco do Brasil, proporcionando assim um sistema de atendimento pautado na demanda setorial da solicitação do crédito rural.

Massuquetti (1998) ressalta que os recursos públicos provinham da administração de Fundos e Programas realizados pelo Banco Central e pelo Orçamento Monetário da União. Uma outra fonte da origem dos recursos administrados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural provinha das exigências tributárias impostas aos bancos privados que, através de depósitos à vista de recursos não-inflacionários, representou praticamente toda a participação do setor privado no funcionamento do sistema.

### **2.2.2 — A Importância da Reforma do Crédito Rural**

A política de crédito rural, que teve seu auge no período compreendido entre 1965-1980, visava alterar o modo de produzir e fez com que fosse empregado um padrão agrário moderno, industrializado, cujas características



são distintas dos padrões anteriores. Houve uma mudança do caráter artesanal manufatureiro para outra que cada vez mais consumia insumos industriais. A Tabela 1 mostra o capital aplicado pelo SNCRE durante esse período. Esse processo de integração pode ser designado Complexo Agroindustrial e com ele se constitui um padrão agrário moderno que se expressa com a aplicação das conquistas da ciência moderna na agricultura e das novas formas de organizar a produção rural. Essas mudanças ocorrem em todo o processo produtivo desde a geração de produtos agropecuários e florestais, seu beneficiamento e a produção de bem de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas: ainda a coleta, armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas, além do financiamento, pesquisa, tecnologia e assistência técnica. Em 1974 era implantado o Plano Nacional de fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA) que objetivava triplicar a capacidade de produção nacional. Nessa ação, ao lado das empresas privadas nacionais e multinacionais, também estatais do complexo petroquímico ingressaram na produção de fertilizantes, dominando o processo de algumas matérias primas, como os nitrogenados. As Tabelas 2 e 3 ilustram o crescimento do consumo nacional de fertilizantes e defensivos agrícolas.

## Recursos aplicados pelo SNCR (1969/1980)

ANOS	VALORES	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1969	12666381865,36	
1970	15113314555,45	19,32
1971	17480619402,18	15,66
1972	21613901415,53	23,64
1973	30563072938,19	41,4
1974	37794977243,83	23,66
1975	55102521215,58	45,79
1976	56453956812,43	2,45
1977	50402721714,88	-10,72
1978	51243189328,44	1,67
1979	63858696587,02	24,62
1980	61071496986,37	-4,36

Fonte: Banco Central do Brasil/Departamento de Cadastro e Informações/Divisão de Registros Cadastrais/Registro Comum de Operações Rurais – Recor

## Consumo Aparente, Produção Nacional e Importações de Fertilizantes, Total de Elementos Nobres

em toneladas do elemento

Ano	Consumo Aparente	Produção Nacional	Importação
1964-66	275.647	98.665	176.982
1969-71	910.440	212.138	690.302
1974-76	2.110.157	782.149	1.320.008
1979-81	3.507.129	1.664.722	1.842.407
1984-86	3.544.780	2.135.447	1.409.333
1989-91	3.245.442	1.821.142	1.424.300

Fonte: Associação nacional para Difusão de Adubos (ANDA)

**Evolução do Faturamento Do Consumo Aparente, a Produção Nacional e das Importações de Defensivos Agrícolas, Brasil, 1964-66 a 1994-96**

em toneladas de alimentos

ANO	VALOR DAS VENDAS(1)	CONSUMO APARENTE	PRODUÇÃO NACIONAL	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
1964-66	39.298	22.122	6.309	...	15.813
1969-71	138.566	41.299	27.166	...	14.133
1974-76	987.917	82.845	22.655	...	60.190
1979-81	1.918.139	82.851	47.356	16.884	35.495
1984-86	1.411.688	58.168	60.795	14.356	14.257
1989-91	1.367.272	62.290	62.296	...	14.350
1994-96	1.642.432	71.120	...	...	...

(1) Expresso em R\$1.000 valores constantes de 1996, pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getulio Vargas

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG)

De acordo com Rezende (2003), a dinamização do sistema de financiamento do crédito rural, sobretudo a partir da década de 80, baseou-se numa reforma constituída na elevação da taxa de juros e na redução do volume disponível para empréstimo. Essas medidas proporcionaram inúmeros impactos na economia do país. Num plano macroeconômico, pode-se dizer que a reforma do crédito rural proporcionou impactos positivos sobre os produtos exportáveis, como grãos e carne bovina. Vale lembrar que o sucesso da reforma deveu-se também à configuração de um mercado de exportação internacional significativamente favorável durante as décadas de 80 e 90.

Sobre o desenvolvimento socioeconômico do país, Massuquetti (1998) afirma que o SNCR foi fundamental para a ampliação do setor de produção de alimentos, assim como para a elevação da renda e geração de empregos no meio rural. Esse sistema foi de suma importância no que tange ao contingente

dos pequenos produtores agrícolas, sobretudo agindo em favor da diminuição da atração que o ambiente urbano exerce sobre a mão-de-obra rural.

Observa-se que o financiamento do crédito rural pode atrair inúmeros benefícios para a macro e a microeconomia. A boa execução dos projetos de financiamento para a produção rural pode, inclusive, produzir impactos sociais positivos para além do próprio setor agrícola. No final dos anos 70 a dinâmica econômica ganhou outra característica importante principalmente no Sul Sudeste, movimento ampliado para o Centro Oeste nos anos 80 e para regiões específicas da região Nordeste. Forma-se na grande região Centro Sul, que agrega o sul do Maranhão e o oeste da Bahia, a área de agricultura relevante, concentrando a produção dos principais produtos agropecuários, associada, associada a corredores de exportação visando atingir o mercado externo, em especial de soja, sucos cítricos, café e açúcar. A indústria do agro processamento deslocou-se para as áreas de produção de matéria prima e com isso ocorreu a interiorização do desenvolvimento, ou seja, a nova dinâmica econômica abrangeu um espaço geográfico consideravelmente ampliado.

As tabelas a seguir mostram o impacto do SNCR na mecanização da agricultura e o conseqüente aumento da produtividade agrícola.

### Evolução do Índice de Mecanização da Agricultura, Brasil, 1960/95

<b>Ano</b>	<b>Área cultivada (em 1.000 há)</b>	<b>Tratores de Rodas (Frota em unidades)</b>	<b>Índice de Mecanização (hectare por trator)</b>
1960	25673	62684	410
1965	31637	76691	413
1970	34912	97160	359
1975	41811	273852	153
1980	47641	480340	99
1985	49529	551036	90
1990	47666	515815	92
1995	50038	481316	104

Fonte: FIBGE, citado em VEGRO, FERREIRA & CARVALHO (1997)

## Índices de Produtividade da mão de obra e da terra Brasil e Unidades da Federação

Anos Brasil e UF	Produtividade da mão de obra			Produtividade da terra		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
<b>BRASIL</b>	<b>100</b>	<b>140</b>	<b>169</b>	<b>100</b>	<b>135</b>	<b>162</b>
<b>NORTE</b>						
Acre	100	85	91	100	97	117
Amazonas	100	76	87	100	103	117
Amapá	100	121	122	100	139	151
Pará	100	99	122	100	132	193
Rondônia	100	103	126	100	255	265
Roraima	100	99	165	100	92	132
<b>NORDESTE</b>						
Alagoas	100	140	158	100	149	174
Bahia	100	108	116	100	112	114
Ceará	100	166	147	100	172	147
Maranhão	100	102	117	100	112	131
Paraíba	100	130	131	100	157	140
Pernambuco	100	130	148	100	136	163
Piauí	100	126	99	100	139	127
Rio Grande do Norte	100	141	132	100	159	154
Sergipe	100	107	135	100	108	134
<b>CENTRO OESTE</b>						
Distrito Federal	0	100	170	0	100	231
Goiás	100	148	180	100	133	155
Mato Grosso do Sul	100	100	147	100	100	139
Mato Grosso	100	50	87	100	73	117
<b>SUDESTE</b>						
Espírito Santo	100	108	111	100	103	109
Minas Gerais	100	97	99	100	134	157
Rio de Janeiro	100	141	144	100	147	159
São Paulo	100	141	178	100	137	175
<b>SUL</b>						
Paraná	100	199	264	100	194	236
Rio Grande do Sul	100	115	136	100	132	154
Santa Catarina	100	128	195	100	136	195

Fonte dos dados brutos: IBGE - Censo Agropecuário e FGV

## 2.3 — A agricultura brasileira nos anos 80 e 90

Em trabalho realizado por Guanziroli (1994), o autor explica que,

*(...) no final dos anos 70... os fortes subsídios, especialmente os do crédito rural, passaram a ser vistos como um dos principais responsáveis dos crescentes déficits orçamentários, os quais, por sua vez, eram apontados como uma das causas da aceleração inflacionária. E a própria eficácia do sistema de subsídio passou a ser questionada, na medida em que ficavam cada vez mais claras as possibilidades de fraudes oferecidas pelo sistema. (GUANZIROLI, 1994, p. 17).*

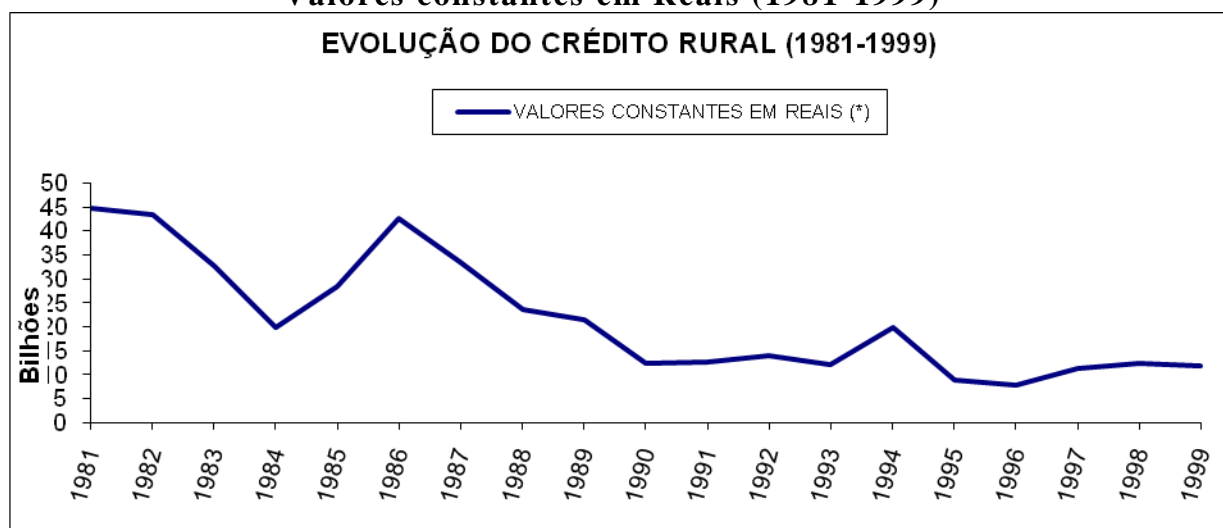
O autor também destaca que no começo da década de 1980, o Governo se viu obrigado a promover uma violenta redução na oferta do crédito rural, tendo em vista a crise econômica e o agravamento do desequilíbrio do setor público. Na primeira metade da década de 80, houve uma redução progressiva do subsídio, que caiu de 38% em 1980 para 2,3% em 1985 (ver gráfico 2).

Rezende (2003) observa que, ainda no início da década de 1980, o crédito rural subsidiado perde espaço, passando a ganhar destaque medidas como a política de preços mínimos. As ações do governo passam a basear-se numa visão menos estratégica e mais de curto prazo, negociada de acordo com a realidade imediata da safra corrente e das características conjunturais do mercado. Neste período, a política macroeconômica enfrenta uma profunda crise fiscal, agravada pelas condições externas, e o país experimenta um quadro recessivo. Os valores destinados ao crédito rural passam a ser declinantes, acompanhando a crise econômica. Souza (2004) verifica que esta queda é compensada pelo aumento dos recursos do Tesouro, justamente num período em que as finanças públicas se deterioram. É nesse período que o

Estado começa a se desvencilhar da política agrícola praticada a partir da montagem do SNCR elevando as taxas de juros dos créditos concedidos e reduzindo os subsídios financeiros, deixando-os a cargo do setor privado e às condições gerais do mercado financeiro.

Podemos observar, ainda no gráfico 2, que esta tendência de redução dos subsídios é parcialmente modificada em 1986/87, com o advento da Nova República e das medidas criadas pelo Plano Cruzado. Numa tentativa de atacar o problema de falta de verbas, em 1986 é lançada a Poupança Verde e, em 1988, os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional. Essas fontes, posteriormente, se mostraram incapazes de manter os mesmos níveis de recursos antes aplicados.

**GRÁFICO 2**  
**Evolução dos recursos destinados ao Crédito Rural**  
**Valores constantes em Reais (1981-1999)**



**Fonte:** elaborado com base nos dados da tabela do Banco Central do Brasil disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2000/evolucao.pdf> .

(\*) IGP-DI - Índice médio anual

Guanziroli (1994) também faz a mesma observação, evidenciando que em 1986 a taxa de subsídio voltou a subir devido ao Plano Cruzado, porém volta a desaparecer a partir do segundo semestre de 1987. Nesta época, o



governo reativou muitos dos instrumentos de política agrícola, fazendo com que o montante de recursos do crédito rural apresentasse uma fase de nova expansão. A decisão do governo de ampliar os recursos de crédito, aliada a outras medidas complementares de estímulo ao setor, e a defasagem dos valores dos financiamentos causados pela retomada da inflação, fizeram com que os produtores recuperassem, por algum tempo, a sua rentabilidade e o poder de rolagem das dívidas anteriores. Coelho (1997) sustenta que, ainda no ano de 1987, devido à crise fiscal do Estado, o governo se vê na necessidade de mudar a perspectiva de filosofia a respeito de intervenção governamental. Com isso elimina-se parte dos subsídios ao crédito rural através de indexadores. Isso justifica, em grande parte, a queda ocorrida neste ano de 1987, a qual se pode observar no gráfico 2.

No ano de 1988, segundo Massuquetti (1998), o governo muda substancialmente de rota, em função da crise inflacionária e da reforma (parcial) da estrutura administrativa e fiscal trazida com a promulgação da nova Constituição. O crédito rural é incorporado ao orçamento geral da Nação, fazendo com que a sua liberação necessitasse agora de negociações e acordos entre o Executivo e o Legislativo. O setor procura alternativas para o financiamento da agricultura, que tinha perdido suas fontes principais, como a conta movimento do Banco do Brasil e os depósitos à vista, que foram drasticamente reduzidos com a elevação da inflação.

Embora tenha ocorrido esse considerável declínio na oferta de crédito rural na década de 80, a produção agrícola não sofreu essa mesma queda.

Ferreira Filho (1994) avalia que o traço marcante do padrão de crescimento da produção agrícola ao longo dos anos 80 e 90 não é tanto seu resultado absoluto, mas sim, o relativo. Entre 1980 e 1990 o PIB da agropecuária elevou-se em 28,2%, enquanto o PIB total aumentou 3,84%. Esse crescimento representa uma taxa média anual de 2,5% a.a. para a agropecuária e apenas 0,38% a.a. para a indústria. Essa taxa de expansão representa uma redução no ritmo de crescimento da agricultura em relação a décadas anteriores, mas dado o baixo padrão de crescimento da economia decorrente da deterioração macroeconômica do país, esse desempenho foi considerado por alguns analistas como surpreendente.

Rezende (2003) estudou o desempenho da agricultura nos anos 80 e 90, e o que chama atenção são os ganhos de produtividade que ocorreram no setor como um todo. Desagregando-se a produção total entre exportáveis e domésticos, é possível perceber que os dois grupos apresentaram dinâmica semelhante quanto ao aumento da produtividade da terra. Entretanto, há que se ter cautela ao analisar as fontes de crescimento na agricultura. Pois as medidas de produtividade parciais (terra e trabalho) são insuficientes para caracterizar o desempenho agregado do setor. Faz-se necessário comparar o produto total com o uso combinado de todos os recursos. Por vezes o aumento da produtividade de um fator encontra-se associado à redução da produtividade de outro qualquer. Assim, por exemplo, é perfeitamente possível que em resposta ao aumento do preço de um fator ocorra maior procura por outro que lhe seja substituto.

Gasques e Conceição (1997) calculam as taxas anuais de crescimento da produção total e parcial na agricultura brasileira. Os autores estimam que entre 1976 e 1994 a produtividade total dos fatores aumentou 3,38% a.a.; a produtividade da terra 3,79% a.a. e a do trabalho 4,02% a.a.

A produção agrícola brasileira revelou tendência de crescimento a partir do ano de 1993. Esta tendência se firmou no final da década de 90, quando o agronegócio alcançou índices de expansão bastante significativos.

*... Disso tudo resultou uma tendência geral de aumento de produtividade agrícola e redução de custos (...) Esse efeito das novas políticas foi magnificado, contudo, pela política cambial adotada até o início de 1999 (...) Embora a consequência tenha sido benéfica para o conjunto da economia, isso gerou uma situação de stress no setor agrícola. Com a mudança da política cambial a partir de 1999, entretanto, o setor agrícola deixou de sofrer essa pressão competitiva e teve elevada a sua rentabilidade, razão pela qual passou a ostentar uma taxa maior de crescimento. (REZENDE, 2003, p. 234/235*

## **2.4 — Novas fontes de financiamento da agricultura**

A liberalização financeira ocorrida no início da década de 90, relatada por Dias e Amaral (2001) fez com que o Estado participasse ainda menos na concessão de crédito para a agricultura. Souza (2004) trata desse assunto ao verificar que a partir dessa nova situação, o Estado deixa clara a sua intenção de que sua participação será cada vez menor e que o mercado deve agir para garantir a oferta de crédito. Porém, o que se nota é que as novas fontes privadas não têm potencial suficiente para compensar a diferença que se cria com a menor participação do Estado.

*No final dos anos oitenta, depois de mais de dez anos de crise de crescimento o Estado deixa de ser um poupador líquido e a dívida pública interna e externa ficam insustentáveis num processo aberto de hiper-inflação. O modelo intervencionista deu lugar a um novo modelo com uma política comercial muito mais liberal. (DIAS E AMARAL, 2001, p. 7)*

Massuqueti (1998) também avalia o cenário do crédito rural nesse início da década de 90, e constata que com o anúncio do novo plano de estabilização da economia em dezembro de 1993, que tinha como ideal evitar impactos sobre a base monetária, o Governo se viu forçado a reduzir ainda mais o volume de empréstimos e financiamentos, sendo necessário um redesenho da política de crédito rural, que consistia na política de garantia de preços mínimos e na formação de estoques agrícolas.

A estratégia do governo desde os anos 1990 em relação a agricultura esta baseada de um lado no fortalecimento da competitividade da agricultura empresarial e, de outro, no fortalecimento da agricultura familiar. Enquanto a primeira linha de ação prioriza a melhoria da infra-estrutura e incentivos através de novos instrumentos de política agrícola, o fortalecimento da agricultura familiar esta centrado em um programa básico: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Infelizmente, a primeira linha, de investimento de infra-estrutura, nunca foi de fato de implementação e o Pronaf tem sido um programa de crédito de custeio. O lançamento do Pronaf pelo Governo Federal e o retorno da reforma agrária significaram uma guinada de 180 graus na tradicional orientação da política agrícola brasileira. Tratou-se de reconhecimento da importância econômica e social, presente e potencial, da agricultura familiar,

e incorporou essa ampla camada de agricultores e trabalhadores rurais como possíveis beneficiários de ações da política

Essa reorientação tornou-se necessária porque o Estado não tinha capacidade financeira para bancar as políticas dos anos passados; além disso o modelo anterior foi desenvolvido para regular as atividades econômicas em uma economia relativamente fechada, submetida a forte controle e regulamentação estatal, sendo inadequado e ineficiente para operar no atual contexto institucional.

Por último, várias das políticas usadas no passado entram em choque com parâmetros básicos da atual institucionalidade internacional (OMC) e com o projeto de integração sub regional (Mercosul).

Tem como objetivo o fortalecimento das atividades pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lha aumento de renda e agregando valor ao produto e à prosperidade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtos familiares.

Segundo Souza (2004), com esta nova perspectiva, agregada à valorização cambial trazida pelo Plano Real, as dificuldades do setor agrícola aumentaram substancialmente no que diz respeito ao crédito rural.

Nas palavras da autora:

*O crédito para investimento praticamente desapareceu nesses anos, exceto para as regiões beneficiadas pelos Fundos Constitucionais. Nas regiões Sudeste e Sul, as duas áreas mais importantes do ponto de vista da produção agropecuária brasileira, as taxas de juros cobradas inviabilizaram a tomada dos*

*empréstimos. Além disso, o Governo facilitou as importações de produtos agrícolas, inclusive daqueles que eram subsidiados nos países de origem, como trigo e algodão, reforçando ainda mais a queda dos preços internos. (SOUZA, 2004, p.7)*

A partir do esgotamento do antigo modelo de financiamento agrícola, Gasques e Villa Verde (1995a) relacionam as novas formas de financiamento da agricultura que surgem no início da década de 90. É feito um redesenho do SNCR e nele podemos verificar algumas das novas fontes formais de concessão de crédito, tais como:

- A Caderneta de Poupança Rural<sup>2</sup>, que havia sido instituída em 05/09/1986, e era operada somente por bancos oficiais federais, passando a ser operada, também, por bancos privados de acordo com a resolução do BACEN nº. 2.164 de 19/06/1995.
- Recursos Extra-Mercado, que foi instituído pela resolução BACEN nº. 2.108 de 12/09/1994 e trata-se de um fundo de investimento junto ao Banco do Brasil destinado a aplicação em títulos do Tesouro Nacional e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), onde no mínimo 70% deverão ser destinadas a operações de crédito rural.
- Os Fundos Constitucionais foram estabelecidos na Constituição de 1988 e regulamentados pela lei 7.827 de 27/09/1989. Os financiamentos concedidos pelos fundos constitucionais estão sujeitos ao pagamento de juros e encargos de atualização monetária e são destinados aos produtores e empresas que desenvolvem atividades produtivas no setor agropecuário. Foi

---

<sup>2</sup> Segundo Gasques e Villa Verde (1995a), a Caderneta de Poupança Rural foi a primeira fonte importante de recursos criada com a finalidade de ampliar de forma substancial a oferta de crédito e foi instituída pela Resolução nº. 1.188, de 05/09/1986.

estabelecido que as taxas de juros não poderão ser superiores a 8% ao ano.

- A Finape Agrícola, que é pautada nos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do PIS/PASEP. Sua clientela são empresas de qualquer porte do setor agrícola, inclusive cooperativas e pessoas físicas.
- Os Fundos de Investimentos (FINOR, FINAM e FUNRES). Trata-se de incentivos fiscais para investimentos privados em regiões economicamente menos desenvolvidas. Estes tiveram início após a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE em 1959 e que com a Lei nº. 8.167, de 16/01/1991, alterou a legislação sobre o Imposto de Renda relativa a incentivos fiscais estabelecendo novas condições operacionais dos Fundos de Investimentos Regionais.<sup>3</sup>
- O Mercado a termo é aquele que envolve transações para entrega do produto em data futura. O Mercado futuro é caracterizado por transações de contratos com vencimentos futuros. Esses contratos são transacionados em bolsas específicas. A finalidade da operação é fixar um determinado preço para o produto a ser comprado ou vendido no futuro. “O financiamento é sempre pago em produto, com preço estabelecido na data do contrato, e as

---

<sup>3</sup> Segundo o artigo 6º da Lei nº. 9.808, de 20/07/1999, “ficam os bancos operadores dos Fundos de Investimentos Regionais (...) autorizados a renegociar débitos vencidos relativos às debêntures subscritas pelos referidos Fundos, na forma prevista no art. 5º da Lei nº 8.167, de 1991, exclusivamente para os casos em que a falta de pagamento tenha decorrido de fatores que não possam ser imputados à responsabilidade da empresa beneficiária do incentivo, observados os limites e critérios a serem estabelecidos em decreto do Poder Executivo”.

garantias usuais são o aval, a hipoteca e o penhor.” (GASQUES E VILLA VERDE, 1995a, p. 13)

- Quanto às operações de hedge, Massuquetti cita Aguiar (1993)<sup>4</sup>, e transcreve sua explicação sobre esse tipo de mercado:

*“... o hedge consiste em se fazer operações opostas nos mercados físico e futuro, ou seja, comprar no mercado físico e vender no mercado futuro e vice-versa. Como os preços caminham no mesmo sentido nos dois mercados, a perda defrontada em um mercado tende a ser compensada, aos menos parcialmente, pelo ganho obtido no outro. Se os preços caírem nos dois mercados, o hedger<sup>5</sup> terá prejuízo no mercado onde ele inicialmente havia comprado e lucro no mercado onde ele havia vendido, ocorrendo o oposto em caso de elevação de preços”*

Massuquetti completa:

Os agentes envolvidos no processo de compra e venda de contratos são os produtores, as cooperativas, os cerealistas, as indústrias processadoras, os exportadores e os importadores, os fornecedores de insumos e de equipamentos agrícolas, os investidores, entre outros. (MASSUQUETTI, 1998, p. 156)

Em outro trabalho, Gasques e Villa Verde (1995b) sintetizam esse leque de novas fontes da seguinte forma:

*Quanto às novas fontes de recursos para a agricultura, além de complementarem as tradicionais, diferenciam-se destas por se constituírem em fundos de recursos para aplicações de médio e longo prazos. Este é o caso do Finame Rural, Fundos Constitucionais, Poupança Rural, Proceca e FAF. Estas fontes operam com taxas de juros reais, pois, além da correção monetária, incidem sobre os empréstimos taxas que variam de acordo com a fonte de recursos... Em termos de aplicações, as novas fontes de recursos representavam, em 1990, 11,2% do total das aplicações em crédito rural, tendo este percentual atingido a cifra de 74% em 1993. Isto representa uma mudança radical no padrão de financiamento da agropecuária. (GASQUES e VILLA VERDE, 1995b, p. 21)*

Conforme apontado por Dias e Amaral (2001), mudanças estruturais significativas geralmente acarretam crises de ajustamento longas, até que o

---

<sup>4</sup> AGUIAR, Danilo Rolim Dias. *O mercado futuro como opção de comercialização agrícola. Preços Agrícolas*. Piracicaba-SP, n.º. 73, p. 8-9. 1993.

<sup>5</sup> O *hedger* seria aquele agente que tem interesse no produto e que utiliza a Bolsa como forma de obter garantia para suas operações no mercado físico.



mercado se ajuste a nova realidade. Entretanto, não foi bem assim que ocorreu no caso brasileiro, neste episódio em que o Governo reduziu substancialmente a concessão de crédito para a agricultura, levando o setor a perder grande parte do crédito oficial altamente subsidiado e fazendo com que os produtores agrícolas partissem para um novo modelo de obtenção de crédito.

Partindo dessa análise, é surpreendente que no Brasil a trajetória de crescimento da agricultura não tenha sido afetada da forma que se poderia imaginar, levando em conta as dificuldades pelas quais passaram o setor agrícola nessas duas últimas décadas do século XX.

### **CAPÍTULO III**

## **IMPACTOS SOCIAIS DA MODERNIZAÇÃO DA**

## **AGRICULTURA**

O fundo público era o crédito e este capital financeiro desencadeou o processo de industrialização do campo, que foi parcial, segundo produtos, regiões e estratos de produtores. A integração dos produtores com o capital subsidiado acontecia de acordo com a capacidade de resposta que possuíam à expansão e a diversificação suscitadas pelas agroindústrias as demandas provenientes das exportações e da massa de salários do mercado interno, pela sua capacidade de endividamento e pela capacidade de racionalizar suas linhas produtivas face a nova estrutura de despesas. Como havia um clima liberal de crédito, sem critério e praticamente sem controle de uso, a massa de dinheiro parou com alguns grupos sociais. Assim, apenas alguns grandes tomadores têm acesso ao financiamento agropecuário, o que acaba por configurar elevados valores médios de contratos. O alargamento do número de contratos amplia a incorporação de parcela maior dos agropecuaristas ao uso de insumos modernos, objetivo principal da política.

Anos	Contratos	Valor Financiado(1)	Valor Médio
1958	93859	2710	29
1969	1142454	10439	9
1976	1832207	52857	29
1979	2373485	59792	25
1985	2271316	31576	14
1989	791981	23916	30

(1) Expresso em R\$ de dezembro de 1996, deflacionados pelo IGP-DI da FGV. Os valores financiados estão apresentados em R\$1 milhão e os valores médios em R\$ 1 mil

Na ultima metade dos anos 80, os volumes de recursos despencam, mas o numero de contratos caem em menor proporção, retomando o aumento do valor médio, o que indica aumento no perfil dos tomadores. Assim, a própria seleção do sistema bancário, nessa redução do numero de contratos pode estar refletindo maior exclusão dos pequenos e médios agropecuaristas.

A distribuição dos recursos pelo tamanho dos tomadores não apenas revela-se concentrada no período 1966-76 como apresenta nítida piora. Os pequenos lavradores |(renda bruta anual ate 50 salários mínimos) detinham 90% dos contratos e 34% do valor financiado em 1966: dez anos mais tarde, em plena expansão dos volumes aplicados, passaram a deter 73% dos contratos e apenas 11% do valor, numa tendência em que os valores mostram queda mais acentuada que o numero de contratos. Os médios lavradores (entre 50 e 500 salários mínimos de renda bruta anual) mostram crescimento relativo no numero de contratos de 9,5% em 1966 para 22,9 em 1976, sendo que, entretanto, para os valores apropriados, os percentuais caem de 45,6% para 35% no mesmo período. Na outra ponta, os grandes lavradores (renda bruta

anual maior que 500 salários mínimos) não apenas crescem em numero de contratos) e via de regra esses tomadores fazem mais de 1 contrato, ao contrario dos pequenos) – aumentando de 0,4% para 3,3%, como mais que duplicam sua participação no valor financiado. Essa concentração do credito rural, e por conseguinte do acesso aos benefícios decorrentes dos elevados subsídios propiciados por essa política no período, ocorre em pleno “Milagre Brasileiro”, quando a área de lavouras cresce vertiginosamente, impulsionando a expansão das grandes áreas de plantio mecanizado. Essa intensificação, numa situação em que a propriedade era requisito para obter os financiamentos, impulsionaria a concentração da terra. A euforia vivida nessa época, onde a esperança de incorporação na sociedade idealizada pela ideologia do “Brasil Potência” encobriria os efeitos da distribuição perversos.

Ano	Pequenos Contratos	Valor	Médios Contratos	Valor	Grandes Contratos	Valor
1966	90,05	34,13	9,51	45,6	0,44	20,27
1967	88,48	32,29	10,93	47,2	0,59	20,51
1968	87,27	31,07	12,22	49,72	0,51	19,21
1969	88,16	30,95	11,17	45,81	0,67	23,24
1970	85,91	27,57	13,25	47,16	0,84	25,27
1971	85,71	24,61	13,25	43,99	1,04	31,4
1972	83,56	20,69	14,82	42,17	1,52	37,14
1973	79,46	17,22	18,59	38,75	1,95	44,03
1974	76,61	15,12	20,88	37,43	2,51	47,45
1975	74,18	11,77	22,48	34,18	3,34	54,05
1976	73,73	11,38	22,93	35,09	3,34	53,53

Pequenos são lavradores com renda bruta ate 50 salários mínimos, médios com renda bruta de 50 ate 500 salários mínimos e grandes com renda bruta maior que 500 salários mínimos

Fonte: Banco do Brasil, dados compilados por PINTO (1980)

Em áreas ou regiões do país, onde a diversidade e a densidade da demanda agroindustrial, da demanda solvável dos centros urbanos e da

demanda das exportações eram mais tênues, mais débeis, evidentemente que o impacto da modernização foi menor. Conseqüentemente, o avanço do setor dinâmico da agricultura também. A tendência a homogeneização das condições de produção e distribuição provocadas pela incorporação da agricultura a lógica industrial, ao tempo em que acentuou as desigualdades entre o setor dinâmico e o atrasado da agricultura, provocou novas desigualdades segundo o modo e o grau em que foram afetadas as linhas produtivas, as regiões e as localidades.

A não integração da maioria dos estabelecimentos do país, geralmente micros e pequenos produtores, arrendatários, parceiros e ocupantes, que possuíam solos exaustos, baixa fertilidade, sem acesso ou condições para tomar crédito, sementes apropriadas e orientação técnica, cujos produtos não contavam com o estímulo de altos preços em virtude da interceptação pelos intermediários, esses pequenos produtores passaram a viver em situação de pobreza, criada pela constituição do setor dinâmico da agricultura.

A modernização parcial do processo produtivo levou todos os estabelecimentos do setor dinâmico a um uso maior (em intensidade e extensão) da mão de obra residente, fosse familiar ou assalariada e a um uso efetivo de mão de obra temporária, que durava apenas o tempo necessário a colheita. Esse emprego efetivo rendia salários reais menores que os recebidos anteriormente. A combinação de trabalhos na construção civil e em serviços domésticos, devido a unificação dos mercados urbanos e rurais de pessoal não qualificado tende a forçar a elevação do salário médio rural acima do salário

mínimo urbano, o que induziu o empresariado agrário a organizar a oferta e a considerar a mecanização da fase de colheita.

Houve também êxodo rural e os fluxos migratórios apresentaram duas direções predominantes: no sentido campo-cidade, no Centro Sul e Nordeste; e tendo como destino áreas rurais localizadas na Amazônia. A proletarização dos trabalhadores na agricultura consolidou-se nas regiões de média e grande produção, sendo o trabalhador temporário, o bóia fria, o grande personagem dos conflitos agrários nos anos setenta, mas regiões cafeeiras do Paraná e de São Paulo, bem como nas de açúcar, no Rio de Janeiro e na Zona da Mata Nordestina.

\ Houve maior complexidade no espaço social agrário, conseqüência da modernização desigual e excludente da agropecuária. O campesinato brasileiro mostrou capacidade de adaptação aos efeitos de um modelo agrícola modernizante, configurando alta heterogeneidade social e regional: dos colonos do Sul, alguns vinculados por uma agricultura contratual as agroindústrias, outros mais orientados para a produção alimentar, aos colonos dos programas de colonização da Amazônia; dos colonos “sem terra” aos camponeses assentados; dos camponeses minifundiários, como expressivo incremento no Nordeste e no Sul, ao menos nos primeiros cinco anos da década de 1980, aos produtores familiares com elevada capacidade empresarial e alta seletividade social.

O crédito rural, além de privilegiar as grandes propriedades, provoca expansivo aumento do preço da terra. Este muda de patamar no período 1970-1975 quando apesar da elevação do nível tecnológico e da elevação de sua

influencia sobre o preço da terra, os elementos não produtivos (especulativos) apresentaram um maior crescimento no período. Elementos especulativos, estes, advindos da própria política creditícia, que possibilitam ganhos não produtivos elevados, mas extremamente dependentes da propriedade territorial. Nas regiões de fronteira agrícola, essa especulação ganha força, pois “a expansão do arroz se explica tanto pela lucratividade corrente da produção como também pela incorporação econômica da terra com sua concomitante valorização. Para isso foi fundamental a ação do Estado através do crédito. Assim, apesar do alto volume de capital aplicado nas lavouras de arroz de cerrado, o valor do capital empregado pelo fazendeiro é baixo e está expresso no baixo valor da terra. Como o Estado financia todos os investimentos necessários, bem como o custeio, a crédito subsidiado inclusive, o volume de produção gerado é bastante alto se comparado com o baixo gasto de capital inicial. Com isso, o lucro obtido com essa produção é alto. Aliando-se a isso a grande valorização da terra, a resultante desse processo é uma enorme expansão da lavoura de arroz do cerrado. É portanto, fundamental o processo de valorização de capital que se estabelece a partir da terra.

O estancamento da elevação dos preços da terra no Sul Sudeste nos anos 90 guarda relação com os enormes ganhos com a valorização da terra do Brasil Central, agora dedicada ao plantio da soja, promovendo o deslocamento de capitais para aquela região. Como regra geral, o crédito rural constituiu-se num instrumento de modernização da agropecuária não apenas compatível com os antigos grandes latifúndios – agora tornados empresas agrícolas – mas ainda propiciou o acirramento dessa característica fundiária brasileira. Em

resumo, “as políticas de crédito generosas, os subsídios à compra de máquinas e de insumos modernos e mesmo boa parte do esforço de mudança tecnológica tem beneficiado primordialmente esses grupos (a agricultura comercial, a grande pecuária, os terratenentes). Com isso, elas vêm contribuindo fortemente a um aumento na concentração da renda rural, tanto em termos pessoais como regionais. Como são os grandes agricultores, as empresas rurais, os terratenentes e os especuladores fundiários os que mais acesso tem as políticas de incentivos, são eles que mais lucram com suas atividades e que mais recursos tem para investir e ampliar o seu estoque de terras” (MUELLER, 1982)



## **CAPÍTULO IV**

### **PRONAF**

#### **1 – Características Gerais**

Exceto por conta de programas localizados, a agricultura familiar, em seu conjunto, jamais havia ocupado lugar de destaque na política agrícola governamental, que visava a modernização da agricultura nacional através do aumento da produtividade, a partir da incorporação de avanços tecnológicos e um público alvo relativamente heterogêneo, que seria a empresa rural, viabilizável, especialmente em função da disponibilidade de grandes áreas de terra e acesso garantindo a numerosos e abundantes subsídios fiscais e creditícios.

No Brasil, foi o apoio governamental, em forma de incentivos fiscais abundantes, crédito volumoso e altamente subsidiado, doação de terras, implantação de infra-estrutura pelos governos, pesquisa agropecuária e assistência técnica pública e de qualidade, produção com mercado e preço garantidos, subsídios à exportação, entre muitas outras ações de proteção e promoção que transformou parte do latifúndio e da grande agricultura em modernas, eficientes e viáveis empresas rurais. A agricultura familiar nunca foi objeto dos mesmos privilégios, o que explica sua situação desvantajosa.

O espaço institucional e político ocupados pelo Pronaf resultou de pressões dos movimentos sociais rurais, e do reconhecimento dos setores governamentais, de que o fortalecimento da agricultura familiar seria estratégico para a criação de novas atividades econômicas geradoras de ocupações produtivas e de renda, sobretudo em municípios de pequeno porte populacional, cujo potencial econômico repousava no desenvolvimento rural e agrícola.

Em sua formulação, o lançamento do Pronaf pelo Governo Federal representou uma mudança na tradicional orientação da política agrícola brasileira, já que passava a reconhecer a importância econômica e social da agricultura familiar, incorporando essa ampla camada de agricultores e trabalhadores rurais como possíveis beneficiários de ações da política agrícola.

O Pronaf tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo a cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares. Os beneficiários do Pronaf são os agricultores familiares e suas organizações que atendam simultaneamente os seguintes requisitos:

- Explorem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária
- Residam na propriedade ou em local próximo

- Possuam, no Máximo 4 módulos fiscais (6 módulos, no caso de atividade pecuária)
- Tenham o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento

Esses beneficiários eram divididos em grupos de acordo com a renda

- Grupo A – Assentados da reforma agrária
- Grupo B – miniagricultor familiar até então excluído das linhas de financiamento, com renda bruta anual de até R\$1.500,00, e sem utilização de qualquer tipo de mão-de-obra não familiar
- Grupo C – agricultor familiar com renda bruta anual entre R\$1.5000,00 e R\$8.000,00, podendo utilizar mão-de-obra de empregados temporários
- Grupo D – agricultor familiar com renda bruta entre R\$8.00,00 e R\$27.500,00, podendo dispor de até dois empregados permanentes.

## **2 – Diretrizes**

De modo a fortalecer a agricultura familiar, o Pronaf estabeleceu a seguinte linha de atuação.

- Financiamento da produção – Pronaf –C (custeio e investimento)
- Financiamento de infra-estrutura e serviços municipais (Pronaf –M)
- Capacitação e profissionalização
- Negociação de políticas públicas com órgãos setoriais.

## 2.1 – Pronaf Crédito

O Pronaf Crédito, especialmente no segmento custeio, concentra-se mais no atendimento de agricultores familiares mais capitalizados. Esse realce da linha de financiamento de custeio se reflete na sua importância nas demandas e na pauta política dos agricultores.

A tabela a seguir mostra a evolução dos financiamentos do Pronaf, no período 1995/2000, conforme a modalidade. Verifica-se o crescimento do número de contratos e o volume nominal de recursos, que passam dos R\$90 milhões em 1995 para quase R\$2,2 bilhões em 2000. Deve-se, no entanto, observar com cautela os dados do biênio 1995/1996 uma vez que as normas de financiamento só foram estabelecidas em agosto de 1995 e os empréstimos de investimento iniciaram-se, de fato, em 1997. Neste triênio 1997/2000 o aumento expressivo do número de contratos não foi acompanhado pelo volume aplicado. Isso indica queda no volume médio dos empréstimos e possivelmente, ampliação da base de agricultores familiares beneficiados.

Evolução das Aplicações do Pronaf - C						
Modalidade	Custeio		Investimento		Total	
Anos	Contratos	Valores (R\$1000)	Contratos	Valores (R\$ 1 000)	Contratos	Valores (R\$1 000)
1995	30.309	89.309	187	653	30.496	89.962
1996	306.790	548.145	4.844	10.750	311.634	558.895
1997	415.669	993.051	100.057	753109	515.726	1.746.160
1998	558.836	1.164.554	100.000	628.811	658.836	1.793.365
1999	691.114	1.464.124	107.000	502.780	798.114	1.966.904
2000	745.027	1.562.540	183.772	724.993	928.799	2.287.533

Fonte: Bacen/Recor (custeio); Secretaria de Desenvolvimento Rural/MAA, Secretaria da Agricultura Familiar/MDA, Banco do Brasil, Banco do Nordeste/RECOR e BNDES (investimento)

Analisando a distribuição dos recursos do crédito do Pronaf, segundo o Banco do Nordeste, nota-se o crescimento da participação dos Estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Maranhão, em detrimento da Bahia, Piauí e em menor grau, Minas Gerais.

Como síntese, realizou-se em 2000, quase 1 milhão de operações de crédito do Pronaf, sendo que mais da metade do valor financiado dirigiu-se à região Sul, concentrado em áreas em que o segmento familiar tem estreita relação com a agroindústria. Verificou-se, que tal concentração é ainda maior nas operações de custeio, modalidade responsável por 70% do total esperado. Desta forma nota-se o descompasso entre custeio e investimento, especialmente no perfil regional.

Estados	Custeio			Investimento			Total		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999	1997	1998	1999
Alagoas	3,1	5,1	7,2	11,9	3,4	8,5	10,3	3,8	8,1
Bahia	41,9	21,4	17,4	30,3	41,4	28,7	32,5	36,4	25,2
Ceará	13,7	10,2	12,5	5,9	11,6	12,2	7,3	11,3	12,3
Maranhão	3	7,1	12,7	4,7	2,3	4,5	4,4	3,5	7,1
Minas Gerais	15,9	6	14	11,6	5,4	6,8	12,4	5,5	9
Paraíba	2,2	14,3	12,9	3,1	4,9	8	2,9	7,2	9,5
Pernambuco	9,2	23,3	10,6	14,2	14,7	23,5	13,3	16,9	19,5
Piauí	2,4	1,2	0,8	10,7	9,4	4,3	9,2	7,4	3,2
Rio Grande do Norte	2,9	4	4,1	4,3	4,9	1,8	4	4,6	2,5
Sergipe	5,8	7,5	7,9	3,2	2	1,7	3,7	3,4	3,6
Total (em R\$ 1 000)	30 956	166 909	128 904	135 449	504 416	281 226	166 405	671 325	410 129
Participação Total	3,1	14,3	8,8	18	80,2	55,9	9,5	37,4	20,9

Fonte: Banco do Nordeste

## 2.2 - Pronaf – M

Essa linha do Pronaf tem outra linha de atuação, voltada a financiar ações conjuntas dos municípios e estados para eliminar gargalos que estão retardando ou impedindo o desenvolvimento rural em áreas em que predomine a presença de agricultores familiares. Embora o Pronaf representasse um programa de apoio e desenvolvimento da produção familiar, até o momento sua atuação está restrita a concessão de algumas condições diferenciadas para a utilização de mecanismos tradicionais de política de crédito, que já tinham sido utilizadas no passado sem êxito. Basicamente, ele deveria possibilitar

- Implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação de infra-estrutura e serviços públicos municipais necessários ao fortalecimento da agricultura familiar, como: recuperação de estradas vicinais, linha tronco de energia elétrica, construção de armazéns comunitários e obras hídricas de uso coletivo.
- Eliminação de gargalos que estejam retardando ou impedindo o desenvolvimento nas áreas em que predomine a agricultura familiar
- Ampliação das garantias ao produtor quanto a aplicação do crédito rural, mediante a melhoria do escoamento da produção, facilidade de acesso a tecnologias e maior competitividade do mercado.

A escolha de quase totalidade dos municípios beneficiados pelo Pronaf-M, assim como as ações prévias à efetiva execução dos planos municipais de desenvolvimento rural, ocorreu no biênio 1996/1997, conforme demonstra a tabela abaixo.

#### Evolução do Pronaf-F

Anos	Dotação Orçamentaria (Em R\$)	Variação (%)	Municípios Selecionados (Total Acumulado)	Planos de Trabalho encaminhados a CEF	Total de Contratos com a CEF
1996	-	-	389	-	-
1997	111.221.000	-	1.000	603	461
1998	119.910.000	7,81	1.018	712	915
1999	152.120.000	26,86	1.018	1.010	1.006
2000	148.932.117	21,56	1.018	1.064	1.064

Fonte: Secretaria de Agricultura Familiar/MDA

Além da inclusão de grande parte da agricultura familiar no crédito rural, um resultado positivo do Pronaf vem ocorrendo nos postos de trabalhos viabilizado, mantidos e criados por seus financiamentos.

O assalariado permanente, com e sem carteira assinada, teve significativo aumento, com mais de 11 mil postos. Mesmo ainda sendo forma predominante de trabalho, inclusive por se tratar de explorações familiares, a ocupação de familiares e agregados apresentou a menor variação, com apenas 1,1%. Desta forma, evidencia-se que o Pronaf desempenhou importante papel na manutenção de ocupação rural.

### Pessoas Ocupadas nos Estabelecimentos Beneficiados Do Pronaf

Categorias	Antes	Depois	Diferença	
			Numero	Varição (%)
Assalariado perm c/ carteira	23 203	28 049	4 846	20,89
Assalariado perm s/ carteira	34 718	41 313	6 595	19,00
Assalariados temporários	440 011	629 636	189 625	43,10
Familiars e agregados	1 061	1 073	11 780	1,11
	784	564		
Total	1 559 716	1 772 562	212 846	13,65

Fonte:Ibase (1999); Dados levantados em oito UF

### 3 – Deficiências do Pronaf

- Não foi desenhado como um programa, ou seja, um conjunto articulado e integrado de intervenções com vistas a superar as causas fundamentais da situação desigual, desvantajosa e debilitada em que se encontra a agricultura familiar.
- Não demarcou, com precisão, o que vem a ser fortalecimento da agricultura familiar, incorporando sucessivamente novas ações, sem estruturá-las de forma orgânica.
- Não vem difundindo um conceito de fortalecimento compreensível aos seus beneficiários, que dimensione as



expectativas em relação as possibilidades e limites da intervenção governamental.

- Muitas das ações entendidas como necessárias ao fortalecimento da agricultura familiar são de responsabilidade de outros órgãos, que por sua vez, não conferem prioridade ao publico alvo do programa.
- O volume das ações que integram o Pronaf não alcança fortalecer, efetiva e integradamente, a grande maioria dos agricultores familiares.

## CONCLUSÃO

É válido constatar que o principal objetivo aqui pretendido é o de levantar a questão da necessidade de inverter a política restritiva do sistema de crédito rural brasileiro. As instituições financeiras que praticam este tipo de operação vêm enfocando uma categoria cada vez mais restrita de pessoas, tanto físicas quanto jurídicas, que estão aptas a se candidatar a créditos de financiamento. A exagerada exigência de garantias representa um entrave na distribuição do crédito a pequenos empresários e fazendeiros. Assim, pode-se afirmar que o sistema bancário é responsável por uma espécie de segregação: de um lado, quem lhes dá garantia de pagamento e do outro, limita o crescimento e desenvolvimento das categorias desamparadas.

Com acesso ao crédito rural, o empreendedorismo dos pequenos agricultores seria encorajado, dando condições para adquirirem condições de produção que podem contribuir tanto no desenvolvimento de empregos quanto no auto-sustento.

O Pronaf tem alcançado êxito na sua tarefa de fixar o homem no campo e aumentar o excedente de produção agrícola.

Um dos mais críticos aspectos da operacionalização do Pronaf refere-se a implementação não convergente e integrada de ações para conjuntos de beneficiários especialmente concentrados. Esta é uma falha mais facilmente atribuível ao planejamento operacional, mas pode se dever a insuficiência ou imprecisão de critérios básicos do programa. Disso decorre uma dispersão de esforços e de recursos que retira capacidade transformadora das ações.

Crédito de custeio sem investimentos, investimentos sem infra estrutura, financiamento sem a devida assistência técnica e a necessária capacitação dos agricultores, entre outras combinações possíveis, não produzem mudanças estruturais nem asseguram sustentabilidade aos agricultores familiares atendidos.

No presente trabalho, é possível constatar que os agricultores de grande porte conseguiram manter, e até mesmo crescer, sua produção, mesmo com a redução do crédito rural disponibilizado pelo Governo na década de 90. O mesmo não ocorre com os pequenos agricultores.

Desta forma, com um adequado planejamento e infra-estrutura eficiente, a segregação gerada pelo sistema financeiro bancário poderá ser substituída por uma democratização capaz de oferecer a todas as categorias sociais a chance do microfinanciamento. É indispensável que os governos tomem consciência da importância dessa questão, estimulando programas de microcrédito rural em todas as regiões do país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- [1] ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade e MEYER, Richard L. *Política de Crédito Rural no Brasil: Objetivos e Resultados*. In: VEIGA, Alberto. **Ensaio Sobre Política Agrícola Brasileira**. Secretaria de Agricultura. São Paulo. 1979.
- [2] BARROS, José Roberto Mendonça. *Política e Desenvolvimento Agrícola no Brasil*. In : VEIGA, Alberto. **Ensaio Sobre Política Agrícola Brasileira** Secretaria de Agricultura. São Paulo. 1979.
- [3] BARROS, José Roberto Mendonça e GRAHAM, Douglas H. *A Agricultura Brasileira e o Problema da Produção de Alimentos*. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico 8**, n.º 3, São Paulo, 1978.
- [4] DELGADO, Nelson Giordano. *Política Econômica, Ajuste Externo e Agricultura*. In: LEITE, Sérgio (Org.) **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2001.
- [5] DELGADO, Nelson Giordano. *Política ativa para a agricultura e Mercosul: observações a partir do caso brasileiro*. 1995.  
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/nelson5.htm>  
acesso em 08/08/2007
- [6] DIAS, Guilherme Leite da Silva e AMARAL, Cicely Moitinho. *Mudanças Estruturais na Agricultura Brasileira: 1980-1998*. Cepal-Eclac. Santiago de Chile, 2001.
- [7] DIAS, Guilherme Leite da Silva. *O Papel da Agricultura no Processo de Ajustamento Estrutural do Brasil*. SOBER. Brasília, 1989.

- [8] GASQUES, José Garcia e CONCEIÇÃO, Júnia Cristina Perez Rodrigues. *Crescimento e Produtividade da Agricultura Brasileira*. Texto para discussão 502/IPEA. Brasília, 1997.
- [9] GASQUES, José Garcia e VILLA VERDE, Carlos Monteiro. *Novas Fontes de Recursos, Propostas e Experiências de Financiamento Rural*. Texto para discussão 392/IPEA. Brasília, 1995a.
- [10] GASQUES, José Garcia e VILLA VERDE, Carlos Monteiro. *Prioridades e Orientação dos Gastos Públicos em Agricultura no Brasil*. Texto para discussão 365/IPEA. Brasília, 1995b.
- [11] GONCALVES, Jose Sidnei. *Pseudomorfose da Agricultura Brasileira*. São Paulo, 1999
- [12] GOLDIN, Ian e REZENDE, Gervásio Castro. *Agricultura Brasileira na Década de 80: Crescimento numa Economia em Crise*. IPEA. Rio de Janeiro, 1993.
- [13] GUANZIROLI, Carlos Henrique. *Efeitos da Liberalização Econômica sobre o Desenvolvimento Agrícola*. Texto para Discussão/UFF. Niterói, 1994.
- [14] HOMEM DE MELO, Fernando Bento. *Padrões de Crescimento da Oferta Agrícola*. In: ROCCA, Carlos Antonio. (Org.) **Brasil, 1980: os Desafios da Crise Econômica**. FIPE/Usp. São Paulo, 1988.
- [15] LEITE, Sérgio. *Padrão de Financiamento, Setor Público e Agricultura no Brasil*. In: LEITE, Sérgio (Org.) **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2001.

- [16] MANOEL, A. e BARROS, José Roberto Mendonça. *Agricultura Brasileira: Transformações e Perspectivas na Década de 80*. In. **Encontro Nacional de Economia**, Salvador, 1987. ANPEC. São Paulo, 1987.
- [17] MASSUQUETTI, Angélica. *A Mudança no Padrão de Financiamento da Agricultura Brasileira no Período 1965-97*. Dissertação de Mestrado em Economia Rural da UFRGS. Porto Alegre, 1998.
- [18] MEKSENAS, Paulo. *Cidadania, Poder e Comunicação*. Cortez Editora, São Paulo, 2002.
- [19] REZENDE, Gervásio Castro de. *Estado, Macroeconomia e Agricultura no Brasil*. Editora da UFRGS/IPEA. Porto Alegre, 2003.
- [20] SOUZA, Regina Maria de. *Mudanças no Padrão de Financiamento Agrícola e Menos Participação do Estado – Impactos Negativos sobre Produtores não Integrados*. Tese (Mestrado); Orientadora Vanessa Patreli Corrêa. Instituto de Economia/UFU. Uberlândia, MG. 2004.
- [21] TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *Sociedade Civil e Participação Cidadã no Poder Local*. Salvador. Série UFBA em Campo/Estudos, 2000.